

CULTURA POLÍTICA E AGENTES DE SOCIALIZAÇÃO

Ednaldo Aparecido Ribeiro¹
Marli Burato Farina²

As condições necessárias ao desenvolvimento regular do regime democrático têm ocupado parte significativa da pauta de investigações da Ciência Política contemporânea. No caso latino americano, em especial, discussões interessantes têm sido produzidas sobre os dilemas enfrentados por jovens democracias, como a brasileira. No interior dessa produção científica, podemos contabilizar um número importante de estudos em nosso país que, concentrando-se sobre o tema da legitimidade, tem discutido a influência de uma certa herança autoritária sobre nossa cultura política, procurando identificar o seu poder de permanência e os seus efeitos no processo de consolidação do regime. Tais estudos partem do pressuposto de que uma cultura política não democrática é historicamente predominante nos países da América Latina, somando-se a um conjunto de práticas e ideais sócio-políticos incompatíveis com o desenvolvimento desta forma de organização política.³

No panorama brasileiro, o autoritarismo persistente na nossa cultura política se sedimentou no decorrer de períodos históricos que nos precedem, contribuindo para uma formação social que se debate entre sua recusa e/ou aceitação, o que fica evidente nos impedimentos e resistências aos incansáveis esforços para se constituir uma nova sociedade civil democratizada. Em decorrência desta herança, um número expressivo de pesquisadores tem apontado que a organização social brasileira traz em si valores arraigados de hierarquia e desigualdade, dando margem à negação da cidadania e à resistência de um padrão de orientações subjetivas pouco favorável à consolidação democrática.⁴

¹ Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá.

² Mestranda em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina.

³ Ver SOUSA, JANICE T. P. *Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

⁴ Ver, dentre outros, O'DONNELL, G. "Hiatos, continuidades e perspectivas democráticas". REIS, F. W.; O'DONNELL, G. (ORG.). *A democracia no Brasil, dilema e perspectiva*. São Paulo: Vértice, Revista dos tribunais, 1988; CHAUI, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000; CARVALHO, J.M. "O Motivo Edênico no Imaginário Social Brasileiro". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13, n.

Nesse contexto, é perceptível o hiato existente entre a formalidade das instituições e a incorporação de fato da democracia às práticas cotidianas dos atores políticos, o que leva ao entrelaçamento de valores políticos de cunho autoritário, com uma institucionalidade própria de sistemas pluralistas. O resultado de tal combinação não poderia ser outro senão uma instabilidade política permanente. Por sua vez, essa situação acaba comprometendo a legitimidade e consolidação do regime, na medida em que desperta nos cidadãos um forte sentimento de resignação, indiferença e ceticismo em relação à política.⁵ Não bastasse esta base autoritária, devemos acrescentar ao cenário nacional uma crise econômica e social aguda caracterizada por uma desigualdade brutal, responsável por problemas e conflitos societários graves. A demora na produção de respostas a questões dessa ordem, tem produzido uma reversão das expectativas positivas inicialmente depositadas sobre esse regime e contribuído para o desenvolvimento de uma atitude apática e cínica. Entretanto, para além dessas variáveis de ordem econômica e social, que de maneira crônica se apresentam como obstáculos, acreditamos ser de fundamental importância analisar também o papel desempenhado pelas instituições responsáveis pela disseminação do sistema de crenças e valores políticos a partir do qual os indivíduos se orientam. Tais agências de socialização política, em especial a família e a escola, devem ser consideradas como fundamentais na definição de um determinado caráter em nossa cultura política, pois são elas que cumprem a função fundamental de transmitir e sedimentar os sentimentos de apoio ou de crítica às instituições e objetos políticos.

Voltando nossa atenção para essas instâncias, é necessário destacar a importância de alguns atores sociais que desempenham o papel de agentes socializadores na transmissão de crenças, valores e conhecimentos acerca de objetos políticos entre uma nação, grupo ou subgrupo social. Tentando contribuir para o debate sobre o processo de consolidação democrática em curso em nosso país, este artigo pretende apresentar algumas questões acerca das orientações políticas subjetivas de um grupo específico desses agentes. Para tanto, apresentaremos aqui os dados referentes a uma pesquisa que objetivou apreender o conjunto das orientações políticas subjetivas partilhadas por um grupo de professores. A escolha desse grupo se justifica por ser o professor um agente básico para o desenvolvimento das orientações políticas, pois é este personagem que seleciona, organiza e introduz os conteúdos ou crenças que agirão sobre as novas gerações e que as conduzirão na vida

38. São Paulo, 1999; AVRITZER, L. "Cultura política, atores sociais e democratização". *Revista Brasileira de Ciências Sociais/Anpocs*, n° 28, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995; BAQUERO, M. "Democracia, cultura e comportamento político: uma análise da situação brasileira". PERISSINOTTO, R.M.; FUKS, M. (ORGS). *Democracia: teoria e prática*. Rio de Janeiro / Curitiba: Relume Dumará/Fundação Araucária, 2002.

⁵ Ver BAQUERO, M. "Democracia, cultura e comportamento político: uma análise da situação brasileira", op. cit.

adulta, podendo lhes possibilitar ou não uma participação futura mais qualificada como ator político. Acreditamos que a identificação da configuração das orientações políticas desse grupo pode contribuir para a compreensão dos problemas que se formulam no horizonte de nossa consolidação democrática.

Para alcançar tal objetivo, dividimos o presente artigo em duas partes. Inicialmente, nos dedicamos à exposição dos elementos teóricos fundamentais à compreensão do que podemos classificar como um programa de pesquisas em cultura política. Nesse momento, nos interessa de maneira específica a discussão sobre a socialização política como processo de formação do conjunto das orientações subjetivas dos sujeitos. Na seqüência, passamos à apresentação e discussão dos resultados.

CULTURA POLÍTICA E SOCIALIZAÇÃO

A primeira tentativa de formulação sistemática de um programa de pesquisas tomando a cultura política como objeto central data da década de 1960, tendo como referência obrigatória a obra *The Civic Culture*, de G. Almond e S. Verba, que desenvolvia a tese fundamental de que os valores, conhecimentos e crenças políticas dos indivíduos são fundamentais para a configuração de qualquer sistema político.⁶ Essa afirmação básica e fundamental foi o ponto de partida dos autores para a realização de um estudo que se estendeu por cinco países (Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Alemanha e México), com o objetivo de investigar o grau de congruência entre esse conjunto de variáveis subjetivas e o sistema político.

Diante de tal objetivo, G. Almond e S. Verba definiram o seu conceito central, cultura política, como "... the particular distribution of patterns of orientation toward political objects among the members of the nation ...", ou seja, um conjunto de orientações políticas subjetivas que poderia explicar a motivação subjacente às ações praticadas pelos atores tendo como referência os objetos políticos, ou seja, a totalidade do sistema político, envolvendo as estruturas de incorporação (*inputs*) e satisfação (*output*) de demandas individuais e coletivas, assim como o próprio indivíduo em seus papéis e atribuições políticas.⁷

A proposta desse trabalho inaugural aponta a emergência de uma preocupação com a incorporação na análise política moderna de elementos que não se referem ao

⁶ ALMOND, G.; VERBA, S. *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations*. New York: Sage, 1989.

⁷ *Ibid.*, p. 14.

chamado “núcleo duro” da política. Sendo assim, o mérito dessa teoria está em assumir o papel de *connecting link* entre o nível das atitudes e motivações subjetivas individuais e o sistema político em suas diferentes partes, tendo como principal preocupação a identificação de congruências ou incongruências entre estas duas esferas.

Apesar desta contribuição não podemos deixar de tecer observações críticas a essa abordagem, em especial pelo seu demasiado “etnocentrismo” na definição do que deveria ser considerado como político.⁸ Almond e Verba tomam o modelo anglo-saxão de democracia liberal como o que teria as condições necessárias para o surgimento do modelo de cultura cívica. Ao definir as características subjetivas de cada um dos modelos de cultura política os autores teriam, por um lado, colocado em posição confortável países como Estados Unidos e Inglaterra e, por outro, condenado países como Alemanha e Itália a uma situação política desfavorável.⁹ O favorecimento em questão é decorrência da adoção de um determinado ponto de vista teórico e metodológico que, partindo de um conceito de política restrito às instituições formais de caráter representativo, restringe o seu campo de visão aos limites das representações culturais compatíveis com a ideologia dominante.

Seguindo o caminho da corrente minimalista da teoria da democracia contemporânea fundada por Joseph Schumpeter, toda e qualquer manifestação de valores contrários às regras do jogo político liberal hegemônico no Ocidente são interpretadas como incongruentes com a democracia em sua totalidade. Em síntese, essa abordagem, tomando o “político” como um dado inquestionável, fecha os olhos para o fato de que existem diferentes concepções sobre o que seria ou não a dimensão política da ação humana em conflito.¹⁰

Após um momento de reflexão crítica, e rompendo com estes limites iniciais, os estudos sobre cultura política atualmente passam por um momento de intensa produção. Vários pesquisadores brasileiros têm se dedicado a investigações sobre o caráter da cultura política nacional, relacionando-a sempre com a possibilidade de fortalecimento do regime democrático recentemente implantado no país.¹¹

⁸ Ver INGLEHART, R. “The renaissance of Political Culture.” *American Political Science Review*, 82:1203-1230, 1988.

⁹ Ver RENNÓ, L. “Teoria da Cultura Política: vícios e virtudes”. *BIB*, n. 45: 71-91. Rio de Janeiro, 1998.

¹⁰ Ver ALVAREZ, S.E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (ORGS). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

¹¹ Ver, dentre outros, SALES, TERESA. “Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 25:26-37. São Paulo: Relume Dumará, 1994; CARVALHO, JOSÉ M. “O Motivo Edênico no Imaginário Social Brasileiro”, op. cit.; LAMOUNIER, B. “Democracia e Reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança”. *Dados - Rev. de Ciências Sociais*, v. 34, n.3, Rio de Janeiro, 1991; MOISÉS, J.A. *Os Brasileiros e a Democracia: bases sócio-políticas de legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.

Tais estudiosos, entretanto, de maneira ainda muito incipiente, têm se dedicado à temática da socialização política, a despeito das instituições responsáveis pela mesma desempenharem um papel de fundamental importância para a consolidação ou não de um determinado sistema. Como portadoras e difusoras de padrões regularizados de interação, essas agências atuam apresentando aos cidadãos um determinado conjunto de idéias e regras que, atingindo-os positivamente, estabilizam seus comportamentos e expectativas. Com isso, possibilitam a existência de consensos sociais mínimos, sem os quais um regime democrático não se consolida, nem ganha continuidade no tempo ou adquire estabilidade¹².

Podemos afirmar que em uma situação na qual essas instituições democráticas não estão fortalecidas, "... outras instituições, não formalizadas, mas fortemente atuantes — especialmente o clientelismo, o patrimonialismo e, certamente a corrupção — tomam o lugar daquelas ...", pondo em evidência a fragilidade do regime, sobretudo em democracias não totalmente consolidadas onde as práticas autoritárias caracterizam o estilo de fazer política.¹³ Tendo em mente a importância deste tipo de instituição o termo socialização política é entendido nos limites deste artigo como "... o conjunto de experiências que, no processo de formação da identidade social do indivíduo, tem influência na cristalização do seu papel como ator significativo ou não no sistema político e as crenças que ele desenvolve em relação à política e as instituições...".¹⁴ Definida como um processo, é preciso destacar que a socialização dá-se continuamente, ou seja, na medida em que as pessoas vivenciam suas experiências sociais em espaços distintos como a família e a escola, seus padrões de atitudes e procedimentos vão sendo formados e/ou alterados.¹⁵

Nesse desenvolvimento contínuo, entretanto, devemos analisar o peso de cada uma das instituições específicas na formação dos valores e padrões de comportamento político. Então, é a unidade familiar, por ser a primeira instituição a fazer parte da vida dos indivíduos, que lhes apresenta as orientações subjetivas que irão levar a determinados comportamentos como atores sociais, influenciando-os nos primeiros anos de vida, tendo efeito nos anos posteriores.¹⁶ Sendo assim, pesquisadores defendem que "... os valores

¹² O'DONNELL, G. "Democracia Delegativa?" *Novos Estudos*. n. 31. São Paulo: Cebrap, 1991.

¹³ *Ibid.*, p. 30.

¹⁴ BAQUERO, M. "O Papel dos Adolescentes no Processo de Construção Democrática no Brasil. Um Estudo Preliminar de Socialização Política". *Cadernos de Ciência Política*, n° 8. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

¹⁵ ALMOND, G; POWELL JR, B. *Uma Teoria da Política Comparada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

¹⁶ *Idem*.

internalizados pelas crianças são importantes como determinantes das atitudes quando adultos...”¹⁷

Em se tratando especificamente do campo político, a influência dessa primeira instituição no comportamento adulto pode gerar a elevação ou a redução da probabilidade de uma participação futura ativa no sistema político. Portanto, a socialização é um processo de aprendizagem que tem início na mais tenra infância, no seio familiar, a partir do qual as crianças internalizam representações (idéias, sentimentos, formas de ver e sentir uma determinada sociedade) e adquirem um comportamento social que, de acordo com Bourdieu e Passeron, está no princípio da estruturação das experiências escolares.¹⁸

Temos, portanto, a ligação entre estas duas instituições, pois é justamente sobre esses valores internalizados pelas crianças que a escola trabalha, visando reforçá-los por meio da ação pedagógica ou inculcar novos valores. A estrutura escolar aparece como o segundo espaço social privilegiado que exerce uma influência poderosa no processo de socialização política já que a mesma é transmissora de inúmeras informações sobre o funcionamento do sistema político, podendo contribuir para uma participação futura mais qualificada.¹⁹ Paralelamente à transmissão de conteúdos escolares sistematizados e úteis para o exercício profissional futuro, a escola ensina valores cívicos como o amor à Pátria e o respeito aos símbolos nacionais, levando os indivíduos a se tornarem adeptos, ou não, de um determinado regime. Vale destacar que a escola não apenas promove a adequação entre as consciências individuais e os sistemas políticos, podendo também despertar nos alunos uma consciência de outros valores, dando-lhes base para novas aspirações políticas. Podem, portanto, fortalecer a afeição pelo sistema político vigente, ou fornecer referências para que desenvolvam idéias diversas dos padrões vigentes na cultura política nacional.

Porém, não podemos reduzir o *locus* da socialização política a estas duas instituições (família e escola), pois, como Almond e Powell destacam, não são apenas os espaços concentrados na infância que promovem a incorporação ou alteração dos valores e crenças.²⁰ Também devem ser consideradas como relevantes aquelas experiências que ocorrem na vida adulta, em instituições como os sindicatos, os clubes sociais e esportivos, o ambiente de trabalho, dentre outros. Esta conclusão, todavia, não inviabiliza uma

¹⁷ BAQUERO, M. “O Papel dos Adolescentes no Processo de Construção Democrática no Brasil. Um Estudo Preliminar de Socialização Política”, op. cit.

¹⁸ BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1982.

¹⁹ ALMOND, G.; POWELL JR, B. *Uma Teoria da Política Comparada*, op. cit.

²⁰ Idem.

hierarquização das experiências quanto ao seu impacto na formação da cultura política. Acerca disso, as contribuições de Robert Dahl ao tema são de grande valia, pois o autor trata de afirmar a importância da socialização precoce diante dos demais momentos e experiências políticas.²¹ Segundo o autor, as crenças acerca dos objetos políticos são adquiridas nas primeiras duas décadas de vida de uma pessoa, período em que se é mais receptivo a elas. Quando se ultrapassa esse período os indivíduos tendem a possuir uma visão mais cristalizada e suas crenças tendem a se tornar mais estáveis e menos suscetíveis a mudanças.²²

São, porém, inúmeros os fatores que influenciam o conteúdo das crenças individuais que na mais tenra idade uma pessoa adquire e vai assimilando durante o período de receptividade. O fator principal diz respeito à intensidade a que o sujeito fica submetido a uma determinada visão política, de que maneira essa visão lhe é passada, bem como a influência que as instituições políticas exercem sobre a mesma.²³ Uma determinada crença política, no entanto, tem maior ou menor aceitação dependendo, dentre outras coisas, do prestígio que os seus defensores desfrutam junto a seus receptores. Sendo assim, se os agentes e instituições socializadoras, como a escola, possuem credibilidade e influência perante os estudantes, a cultura política transmitida estará reproduzindo sobre eles orientações subjetivas em relação aos objetos políticos que podem ser condizentes ou não com o regime político democrático.

A sociedade contemporânea desenvolveu outras instituições, além das citadas neste texto, com o objetivo de integrar os indivíduos à coletividade, destacando-se entre elas os meios de comunicação de massa, que são instrumentos com capacidade incalculável de difundir valores culturais que orientam as ações dos indivíduos.²⁴ No entanto, mesmo os cidadãos mais secularizados guardam as bases de uma recepção ocorrida nos períodos iniciais de sua formação como ser social e, conseqüentemente, ator político.

Em decorrência dos argumentos apontados acima é que nossa atenção está voltada para a escola como espaço de formação da cultura política dos indivíduos. Do ponto de vista da consolidação democrática, a escola é a agência de socialização e educação política mais facilmente controlável pelo Estado, sendo, por isso, fundamental para disseminar crenças e valores que são indispensáveis quando se trata de criar condições para a legitimidade e credibilidade da democracia.

²¹ Ver DAHL, R. *Poliarquia*. São Paulo: EDUSP, 1997.

²² *Ibid.*, p. 160.

²³ *Ibid.*, p. 163.

²⁴ ALMOND, G; POWELL JR, B. *Uma Teoria da Política Comparada*, op. cit.

Tendo essa preocupação, alguns procedimentos poderiam ser adotados no que diz respeito à definição das unidades de análise para a realização da pesquisa. Para citar apenas algumas alternativas, os livros didáticos utilizados no cotidiano das disciplinas escolares poderiam ser uma fonte muito fértil de dados. Da mesma forma, uma análise sobre a estrutura administrativa da escola também poderia indicar a que tipos de experiências políticas os alunos estão sujeitos. Entretanto, como já apontamos na introdução deste artigo, optamos pela análise da cultura política dos professores para discutir a relevância da escola no processo de formação dos valores, crenças e conhecimentos políticos. Na próxima seção, apresentamos e analisamos os dados referentes à pesquisa empírica realizada junto a esse grupo social considerado relevante, por sua atuação direta no processo de socialização política.

ADESÃO E DESILUSÃO

Neste momento, por meio da análise de dados quantitativos,²⁵ pretendemos apresentar alguns dos elementos que compõem a cultura política de um grupo de professores e, posteriormente, discutir a congruência entre tais orientações e o sistema político nacional. É importante destacar que não pretendemos, com a apresentação dos dados, produzir generalizações para a problemática em nível nacional. A aplicação de critérios mínimos para a definição de amostras estatisticamente válidas derrubaria facilmente tal pretensão. O que pretendemos é, tão somente, por meio do estudo de um caso particular, acrescentar algumas informações sobre este grupo de agentes de socialização ainda pouco investigados pelos estudiosos da cultura política.

É interessante destacar também que estudos sobre o tema geral da cultura política têm normalmente sido realizados em nível nacional ou enfocando as principais capitais do país, negligenciando assim particularidades locais relevantes. Em especial, no caso de municípios do interior, esta ausência é preocupante, pois o poder de permanência de padrões de comportamento político autoritários tende a ser maior justamente nessas localidades.

Os agentes de socialização que compõem nosso universo de pesquisa são professores do Ensino Fundamental e Médio, efetivos²⁶ e atuantes no município de Galvão, localizado

²⁵ Os dados foram obtidos pela aplicação de questionário padronizado composto por questões fechadas e a sua tabulação e análise foi realizado como emprego do programa SPSS for Windows 9.0.

²⁶ Foram entrevistados somente professores efetivos, no total de 20, pelo fato de que são eles que trabalham continuamente com os alunos da mesma escola, ano após ano, dando seqüência ao processo de socialização política. É uma realidade diferente daqueles que são contratados pelo período de um ano letivo e, no ano subsequente, geralmente, são remanejados em virtude do processo seletivo que acontece anualmente, ocasionando a locomoção para outros municípios.

na região Oeste do interior do Estado de Santa Catarina. O referido município possui uma população estimada em 4200 habitantes e, como os demais que fazem parte da região, é predominantemente agrícola.

Apesar de pretendermos apresentar um estudo de caso sem pretensões generalizadoras em nível nacional, vale destacar que em nível regional tal procedimento poderia ser justificado pelo grau de similaridade desse município em relação aos demais pequenos municípios da microrregião da AMAI (Associação dos Municípios do Alto Irani), que abrange 17 municípios predominantemente agrícolas e com dados econômicos, populacionais e educacionais semelhantes.

Para iniciar a discussão sobre a configuração da cultura política do grupo, apresentamos os dados referentes à questão do nível de interesse dos seus membros em relação à política em termos gerais. De acordo com os estudos clássicos da área, essa variável é relevante para se analisar a dimensão do comprometimento subjetivo dos atores com o processo político. Como se pode averiguar abaixo (Tabela 1), os entrevistados demonstraram ter interesse relativamente alto por assuntos políticos, pois, somando-se as respostas “se interessa” e “se interessa muito”, encontramos um percentual acumulado de 65%.

TABELA 1 — INTERESSE POR POLÍTICA

“DE UM MODO GERAL, EM QUE MEDIDA O(A) SR.(A) SE INTERESSA POR POLÍTICA?”

| RESPOSTAS | % |
|--------------------|-------|
| SE INTERESSA MUITO | 30,0 |
| SE INTERESSA | 35,0 |
| SE INTERESSA POUCO | 35,0 |
| NÃO SE INTERESSA | 0,0 |
| TOTAL | 100,0 |

FORTE: PESQUISA DE CAMPO

Ainda sobre esse tema, com a finalidade de identificar se esse interesse abstrato se converte em busca por informações políticas, perguntamos aos professores se eles têm o hábito de ler o noticiário político nos jornais e revistas. Como podemos verificar na Tabela 2, 50% dos entrevistados responderam que lêem diariamente e 45% esporadicamente, o que reforça a interpretação de que o grupo possui um interesse expressivo, ao menos em comparação com a população em geral.

TABELA 2 – INFORMAÇÃO SOBRE POLÍTICA

“O(A) SR.(A) COSTUMA LER NOTÍCIAS SOBRE POLÍTICA NOS JORNAIS OU REVISTAS?”

| RESPOSTAS | % |
|---------------------|-------|
| DIARIAMENTE | 50,0 |
| UMA VEZ POR SEMANA | 30,0 |
| SÓ DE VEZ EM QUANDO | 15,0 |
| NÃO RESPONDEU | 5,0 |
| TOTAL | 100,0 |

FONTE: PESQUISA DE CAMPO

Entretanto, esse manifesto interesse não é suficiente para definirmos os entrevistados como participantes ou portadores de uma cultura política cívica ou engajada. É preciso identificar, sobretudo, em que medida esse interesse se manifesta em uma tendência participativa efetiva. Para tanto, perguntamos sobre a participação dos agentes de socialização em atividades políticas típicas dos períodos eleitorais. As respostas confirmaram uma atitude participativa, pois 85% afirmaram ter participado de comícios, 55% disseram ter colocado cartazes de candidatos em suas casas e o mesmo percentual relatou ter comparecido a reuniões de caráter político²⁷. Em síntese, os dados apresentados até o momento sugerem que a maioria dos entrevistados demonstra um grau relativamente elevado de interesse por política, bem como uma tendência à participação em atividades políticas que extrapolam os limites da sala de aula na qual são agentes efetivos. Isso contrasta com o panorama traçado por estudos sobre a população nacional em que o cinismo político é destacado fortemente.²⁸ Seguindo o caminho de teóricos da chamada corrente participacionista da teoria da democracia contemporânea, essa tendência à participação é entendida aqui como um ponto favorável ao desenvolvimento de uma cultura política condizente com o regime democrático e com sua consolidação.²⁹

Conforme demonstra a Tabela 3, o mesmo quadro parece se confirmar quando os entrevistados são questionados sobre a importância do voto, o procedimento institucional mais característico e expressivo desta organização política.

²⁷ Todas estas questões relativas ao ativismo político tiveram como referência o último período eleitoral anterior à coleta de dados que ocorreu no primeiro semestre de 2002.

²⁸ Ver CARVALHO, J.M. “O Motivo Edênico no Imaginário Social Brasileiro”, op. cit.; MOISÉS, J.A. *Os Brasileiros e a Democracia: bases sócio-políticas de legitimidade democrática*, op. cit.

²⁹ Ver, dentre outros, PATEMAN, C. *Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TABELA 3 — IMPORTÂNCIA DO VOTO

“O(A) SR.(A) ACHA QUE O VOTO É IMPORTANTE?”

| RESPOSTAS | % |
|--------------------|-------|
| É MUITO IMPORTANTE | 80,0 |
| É IMPORTANTE | 20,0 |
| TOTAL | 100,0 |

FONTE: PESQUISA DE CAMPO

Segundo Castro, o interesse pelo voto pode ser entendido como uma defesa e um sinal de adesão à democracia, levando à percepção de que o grupo social interrogado possui um relativo comprometimento com o processo político.³⁰ No entanto, a análise de outras respostas nos direciona para uma conclusão distinta, pois trazem à tona algumas incongruências que contradizem essa tendência favorável. Uma dessas questões está ligada à percepção dos entrevistados sobre a democracia realmente existente no Brasil. Diante da pergunta, “Na sua opinião, no Brasil vivemos uma democracia?”, a maioria dos entrevistados (70%), afirmou negativamente como podemos verificar abaixo (Tabela 4).

TABELA 4 — AVALIAÇÃO DA DEMOCRACIA

“NA OPINIÃO DO (A) SR. (A), NO BRASIL VIVEMOS UMA DEMOCRACIA?”

| RESPOSTAS | % |
|---------------|-------|
| SIM | 25,0 |
| NÃO | 70,0 |
| NÃO RESPONDEU | 5,0 |
| TOTAL | 100,0 |

FONTE: PESQUISA DE CAMPO

Essa resposta, porém, não deixa transparecer o entendimento dessas pessoas sobre o conteúdo dessa forma de governo. Assim, para aprofundar um pouco mais essa questão, foi solicitado que os professores respondessem o que entendem pela palavra democracia. Como se vê (Tabela 5), 90% dos entrevistados relacionaram a democracia ao governo de todos, o que revela uma adesão normativa a uma forma ideal de governo em que todos os homens participam efetivamente da condução dos assuntos públicos.

³⁰ CASTRO, HENRIQUE C. *A democracia em cheque*: um estudo de cultura política entre os porto-alegrenses. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFRGS, 1995.

TABELA 5 – PERCEPÇÃO SOBRE A DEMOCRACIA (A)

“O QUE O (A) SR. (A) ENTENDE POR DEMOCRACIA?”

| RESPOSTAS | % |
|-----------------------|-------|
| É O GOVERNO DE MUITOS | 5,0 |
| É O GOVERNO DE TODOS | 90,0 |
| NÃO RESPONDEU | 5,0 |
| TOTAL | 100,0 |

FONTE: PESQUISA DE CAMPO

De modo a aprofundar esse tema, perguntamos aos indivíduos sobre o seu posicionamento diante da seguinte afirmação: “A democracia é a melhor forma de organização política para o Brasil?”. Confirmando a adesão normativa identificada acima, a maioria dos professores entrevistados (80%) optaram pelas alternativas “concorda muito” e “concorda”.

Como podemos identificar, existe um descompasso entre aquilo que idealmente os entrevistados acreditam ser a melhor forma de governo, notadamente democrática, e o que de fato encontram na realidade concreta de nosso país. Isto fica evidente quando tratamos de identificar o grau de satisfação dos agentes em relação ao sistema político atualmente existente, levando-os a comparar o seu modelo ideal de funcionamento democrático, com a manifestação concreta desta forma de governo. Como resultado, encontramos 80% de concentração na afirmação de que o sistema político vigente não corresponde às expectativas (Tabela 6).

TABELA 6 – PERCEPÇÃO SOBRE DEMOCRACIA (B)

“O SISTEMA POLÍTICO VIGENTE, CORRESPONDE ÀS SUAS EXPECTATIVAS DE COMO DEVERIA SER OU FUNCIONAR UMA DEMOCRACIA?”

| RESPOSTAS | % |
|-----------------|-------|
| CORRESPONDE | 15,0 |
| NÃO CORRESPONDE | 80,0 |
| NÃO RESPONDEU | 5,0 |
| TOTAL | 100,0 |

FONTE: PESQUISA DE CAMPO

Essa insatisfação demonstra o quanto a nossa recente experiência com essa forma de governo ainda não foi suficiente para sedimentar os sentimentos e estabelecer símbolos

ou imagens relativamente positivas sobre a democracia. Esse descontentamento (que não é um fenômeno exclusivamente brasileiro, afetando toda a América Latina), no caso brasileiro está intimamente associado às crises econômicas e políticas que acabam se convertendo em um desencanto com a democracia que não consegue reverter os graves problemas crônicos enfrentados pela população³¹.

Deixando o tema da avaliação da democracia e de seu funcionamento, passamos neste momento a ter como alvo de nossa atenção outra questão fundamental para a análise da cultura política do grupo: a competência política subjetiva. Para verificar a autoconfiança dos educadores como atores políticos formulamos a pergunta: “Como cidadão comum, o (a) sr. (a), acredita que influencia na política?”. O estudo dessa questão é relevante na medida em que capta a auto-percepção dos componentes desse grupo sobre sua relevância, na condição de agentes sociais. Isso porque, pessoas que manifestam baixa estima política sobre si próprias, dificilmente desenvolvem uma atitude de convicção em relação a mecanismos e instituições de representação política.³² Dessa forma, podemos supor que em períodos de crise política, a democracia tende a ficar sem o respaldo desse grupo de indivíduos.

Os percentuais obtidos neste item são bastante claros em indicar um perfil pouco favorável ao fortalecimento democrático, uma vez que demonstram um sentimento de baixa competência política subjetiva (Tabela 7).

TABELA 7 — AUTO-AVALIAÇÃO SOBRE A CAPACIDADE DE INFLUENCIAR

“COMO UM CIDADÃO COMUM O (A) SR. (A) ACREDITAQUE INFLUENCIA NA POLÍTICA?”.

| RESPOSTAS | % |
|-----------|-------|
| SIM | 30,0 |
| EM PARTE | 10,0 |
| NÃO | 60,0 |
| TOTAL | 100,0 |

FONTE: PESQUISA DE CAMPO

É preciso alertar, porém, para o fato de que esse não é um fenômeno que se manifesta apenas nesse grupo, podendo ser também verificado, como apontam pesquisas recentes, em toda a América Latina e com grau acentuado no Brasil. Uma série de fatores são apontados

³¹ Ver BAQUERO, M. “O Papel dos Adolescentes no Processo de Construção Democrática no Brasil. Um Estudo Preliminar de Socialização Política”, op. cit.

³² Idem.

como possíveis causas para esta situação pouco favorável, dentre eles a inegável herança cultural autoritária e o fraco desempenho dos ocupantes dos cargos públicos, sobretudo em áreas sociais. Entretanto, em virtude do seu papel como agentes de socialização, a manifestação deste sentimento de incompetência se reveste de uma importância ainda maior no caso dos indivíduos por nós pesquisados. Isso porque, o processo de socialização política, do qual esse grupo é um dos responsáveis, poderá reproduzir esta auto-avaliação levando as crianças e adolescentes a desenvolverem uma indiferença e distanciamento em relação às questões políticas, inviabilizando, assim, uma participação ativa e crítica.

Uma outra dimensão da cultura política bastante persistente no Brasil e que não poderíamos deixar de abordar diz respeito ao elitismo. Lima e Cheibub, num estudo sobre instituições e valores democráticos, e tomando como universo de análise alguns grupos da elite brasileira, constataram um certo consenso entre seus entrevistados no que diz respeito ao nível de confiança e legitimidade das instituições democráticas. Entretanto, quando os pesquisadores consideraram os valores igualitários concernentes à esfera social, verificaram que, apesar de serem portadores de uma cultura política democrática referente às instituições, as elites “... não partilham necessariamente de uma visão mais democrática das relações sociais.”³³ Isso levou à constatação de que o elitismo e a hierarquia social são valores muito disseminados entre tais grupos. Na conclusão dos autores, se a estabilidade da democracia é resultado da combinação de instituições e valores, os dados encontrados apontaram que essas duas dimensões não são coincidentes.

A partir desses elementos, procuramos identificar qual a visão dos agentes socializadores sobre essa temática. Primeiramente, procuramos averiguar a atitude dos mesmos no que diz respeito aos direitos políticos tendo em consideração o critério escolaridade. Como demonstra a tabela abaixo (Tabela 8), obtivemos respostas que seguem um caminho elitista.

³³ LIMA, M. R. S.; CHEIBUB, Z.B. “Instituições e Valores: as dimensões da democracia na visão da elite brasileira”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais/Anpocs*, n. 31: 83-110, São Paulo: Relume Dumará, 1996.

TABELA 8 – ELITISMO (A)

“NA SUA OPINIÃO, APENAS OS DOTADOS DE ESCOLARIDADE SUFICIENTE DEVERIAM PODER CONCORRER A CARGOS ELETIVOS?”

| RESPOSTAS | % |
|---------------|-------|
| SIM | 65,0 |
| NÃO | 25,0 |
| NÃO SABEM | 5,0 |
| NÃO RESPONDEU | 5,0 |
| TOTAL | 100,0 |

FONTE: PESQUISA DE CAMPO

Procurando confirmar essa tendência ao elitismo e à hierarquização social, apresentamos duas questões que deixam claro a adesão dos entrevistados. Como podemos ver nas tabelas abaixo (Tabelas 9 e 10) o quadro continua inalterado.

TABELA 9 – ELITISMO (B)

“A MELHOR SOCIEDADE É AQUELA EM QUE CADA UM CONHECE O SEU DEVIDO LUGAR”.

| RESPOSTAS | % |
|-----------------------------|-------|
| CONCORDA MUITO | 15,0 |
| CONCORDA | 40,0 |
| NÃO CONCORDA E NEM DISCORDA | 10,0 |
| DISCORDA | 0,0 |
| NÃO RESPONDEU | 35,0 |
| TOTAL | 100,0 |

FONTE: PESQUISA DE CAMPO

TABELA 9 – ELITISMO (C)

“SEM HIERARQUIAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E POLÍTICA BEM DEFINIDAS NENHUMA ORDEM SE SUSTENTA”

| RESPOSTAS | % |
|-----------------------------|-------|
| CONCORDA MUITO | 20,0 |
| CONCORDA | 35,0 |
| NÃO CONCORDA E NEM DISCORDA | 15,0 |
| DISCORDA | 30,0 |
| NÃO RESPONDEU | 0,0 |
| TOTAL | 100,0 |

FONTE: PESQUISA DE CAMPO

Esses resultados vão ao encontro das análises feitas por Lima e Cheibub, nas quais o posicionamento elitista denunciou a pouca profundidade da cultura política democrática em nossas elites.³⁴ A disseminação desses valores sócio-culturais se apresenta como uma dificuldade ainda a ser transposta no Brasil.

Os dados apresentados até aqui demonstram um conjunto de orientações políticas relativamente desfavoráveis à democracia. Isso é algo preocupante pois os indivíduos pesquisados compõem uma elite estratégica e muito influente no processo de socialização política. Por serem portadores de sentimentos e crenças não propriamente compatíveis com o regime vigente, podem, com isso, estar colaborando para a reprodução, entre as futuras gerações, de uma cultura política pouco congruente com o arranjo institucional construído nas últimas décadas em nosso país.

Quanto à questão do distributivismo, os resultados seguem o mesmo percurso, vindo a reforçar o quadro até agora estabelecido, pois apenas 25% dos professores se colocaram como favoráveis às políticas de distribuição de renda (Tabela 11).

TABELA 11 – DISTRIBUTIVISMO

“AS POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, COMO PROGRAMA DE RENDA MÍNIMA E BOLSA ESCOLA DEVEM SER EVITADAS?”

| RESPOSTAS | % |
|-----------------------------|-------|
| CONCORDA MUITO | 5,0 |
| CONCORDA | 40,0 |
| NÃO CONCORDA E NEM DISCORDA | 30,0 |
| DISCORDA | 25,0 |
| TOTAL | 100,0 |

FONTE: PESQUISA DE CAMPO

Outra questão fundamental e recorrente nas análises que tomam como objeto de sua atenção esta dimensão subjetiva da política é a da confiabilidade. Desde o estudo clássico de Almond e Verba, mas chegando a estudos contemporâneos sobre capital social, como o já clássico *Comunidade e Democracia* de R. Putnam, o nível de confiança depositada pelos indivíduos nas instituições e objetos, bem como no sistema político como um todo, está intimamente ligado ao êxito democrático.³⁵

³⁴ Idem.

³⁵ PUTNAM, R. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Questionados então sobre um conjunto de itens relacionados à confiança política, obtivemos dos nossos entrevistados as respostas que constam abaixo (Tabela 12).

TABELA 12 — GRAU DE CONFIANÇA (%)

“COM RELAÇÃO AOS SEGUINTE PERSONAGENS, QUAL O SEU GRAU DE CONFIANÇA?”

| RESPOSTAS | POLÍTICOS | MINISTÉRIO PÚBLICO | GOVERNO | SENADO | MILITARES |
|--------------|-----------|--------------------|---------|--------|-----------|
| CONFIA MUITO | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 10,0 |
| CONFIA POUCO | 25,0 | 55,0 | 35,0 | 30,0 | 35,0 |
| CONFIA | 15,0 | 15,0 | 15,0 | 5,0 | 20,0 |
| NÃO CONFIA | 60,0 | 30,0 | 50,0 | 65,0 | 35,0 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: PESQUISA DE CAMPO

As respostas dadas indicam a posse de uma baixa confiança nos órgãos listados acima, o que em grande parte indica a fraca adesão aos mecanismos de representação política democrática. É claro que esta situação não ocorre apenas neste grupo específico de personagens sociais, sendo uma constante na realidade brasileira. A desconfiança dos cidadãos em relação à política é uma característica presente e extremamente relevante em países como os da América Latina que estão em fase de transição, tentando estabelecer valores e práticas democráticas³⁶.

No caso dos professores entrevistados essa tese se confirma, pois encontramos um alto grau de desconfiança não só em relação aos itens expostos na tabela 12, como também em relação às instituições (Tabela 13).

TABELA 13 — GRAU DE CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES (%)

“COM RELAÇÃO AS SEGUINTE INSTITUIÇÕES, QUAL O SEU GRAU DE CONFIANÇA?”

| RESPOSTAS | NA CÂMARA FEDERAL | NA CÂMARA ESTADUAL | NA CÂMARA MUNICIPAL | NA POLÍCIA | NO JUDICIÁRIO |
|--------------|-------------------|--------------------|---------------------|------------|---------------|
| CONFIA MUITO | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 10,0 | 15,0 |
| CONFIA POUCO | 30,0 | 45,0 | 75,0 | 50,0 | 55,0 |
| CONFIA | 5,0 | 5,0 | 5,0 | 20,0 | 10,0 |
| NÃO CONFIA | 65,0 | 50,0 | 20,0 | 20,0 | 20,0 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: PESQUISA DE CAMPO

³⁶ Ver BAQUERO, M. “O Papel dos Adolescentes no Processo de Construção Democrática no Brasil. Um Estudo Preliminar de Socialização Política”, op. cit.

A elevada falta de confiança em relação às instituições que são o fundamento da democracia, põe em risco a estabilidade dessa forma de governo, constituindo-se num obstáculo ao seu processo de consolidação.

Esse mesmo dilema é encontrado em pesquisas realizadas em alguns países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela). Os níveis de confiança nas instituições políticas e governamentais encontradas são relativamente baixos nessas nações, estabelecendo uma situação complexa em que, "... embora exista uma predisposição favorável à democracia em termos gerais, a avaliação dos latino-americanos em relação às instituições democráticas é historicamente reduzida".³⁷

Procurando aprofundar um pouco mais esta questão referente às instituições, focalizamos nossa interrogação para a avaliação de uma das principais instituições que caracterizam o sistema político em questão: os partidos. Os resultados obtidos, como demonstra a Tabela 14, revelam uma equiparação do grupo estudado com a população brasileira em geral, conforme pesquisas nacionais³⁸.

TABELA 14 – GRAU DE CONFIANÇA NOS PARTIDOS POLÍTICOS (A)

“COM RELAÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS, QUAL O SEU GRAU DE CONFIANÇA?”

| RESPOSTAS | % |
|--------------|-------|
| CONFIA POUCO | 15,0 |
| CONFIA | 15,0 |
| NÃO CONFIA | 70,0 |
| TOTAL | 100,0 |

FONTE: PESQUISA DE CAMPO

A desconfiança se mostra ainda mais acentuada quando tentamos identificar a percepção dos agentes de socialização sobre a atuação dos partidos, pois 85% deles afirmaram que essas instituições representam os interesses dos próprios políticos.

O patamar de desconfiança foi também verificado em relação aos políticos brasileiros em geral. Como os dados da Tabela 15 demonstram, a classe política não é bem avaliada na sua atuação pelos membros do grupo.

³⁷ Ibid., p. 23.

³⁸ Moisés, J.A. *Os Brasileiros e a Democracia*: bases sóciopolíticas de legitimidade democrática, op. cit.

TABELA 15 — GRAU DE CONFIANÇA NOS POLÍTICOS

“NA SUA OPINIÃO, OS POLÍTICOS BRASILEIROS, EM PRIMEIRO LUGAR CUIDAM”

| RESPOSTAS | % |
|------------------------------|-------|
| DOS INTERESSES DOS ELEITORES | 5,0 |
| DOS SEUS PRÓPRIOS INTERESSES | 90,0 |
| NÃO RESPONDEU | 5,0 |
| TOTAL | 100,0 |

FONTE: PESQUISA DE CAMPO

Essa última questão é muito interessante e pode nos levar a identificar que uma das causas dessa desconfiança generalizada é a sucessão de gestões administrativamente ineficazes às demandas populares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como os resultados apresentados indicam, a configuração da cultura política desses agentes de socialização situa-se entre a adesão e a desilusão. Como os primeiros dados atestam, existe, de maneira disseminada, uma aceitação de princípios gerais e abstratos do credo democrático, bem como uma certa tendência participativa. É claro que as respostas obtidas nas questões sobre elitismo e distributivismo abalam um pouco esta afirmação se a democracia em questão for algo mais que o arranjo político pensado por Schumpeter, em sua abordagem minimalista.³⁹ Ainda assim, acreditamos ser possível, no plano dos valores mais gerais, identificar uma adesão dos entrevistados aos valores normalmente associados à democracia.

Entretanto, caracterizando uma certa desilusão, verificamos também que essa adesão abstrata é contrastada por uma avaliação negativa das manifestações concretas e conjunturais do real funcionamento da democracia brasileira, bem como por uma acentuada desconfiança em relação às suas instituições e operadores. Essa negatividade se estende inclusive para o campo da auto-avaliação, pois, apesar de se interessarem por política, quando investigamos a competência ou eficácia política subjetiva dos professores, encontramos um panorama não muito favorável. Apesar de acharem a democracia a melhor forma de governo, acreditam também que nem todos devem participar das decisões públicas e, sobretudo, consideram-se incapazes para atuarem efetivamente. Afirmar que

³⁹ SCHUMPETER, J.A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

essa avaliação negativa e desconfiança podem minar a adesão abstrata ainda não totalmente consolidada seria prematuro, porém é ingenuidade acreditar que, a despeito de sucessivas desilusões, os indivíduos continuarão indefinidamente acreditando em princípios normativos gerais que não se realizam objetivamente.

Em decorrência das particularidades que são afetas ao grupo pesquisado, ou seja, o fato de serem agentes ativos na socialização política das novas gerações, eleva em muito as dimensões deste problema. Isto porque, como salienta O'Donnell, as democracias consolidadas mostram que o fortalecimento das instituições democráticas é fundamental para a saída da crise social e econômica que países como a Argentina, Brasil e Peru, herdaram dos regimes autoritários.⁴⁰ Porém, isso não pode ser alcançado por um decreto, ou seja, o processo de fortalecimento e legitimação demanda tempo, durante o qual deve se desenvolver um complexo processo de socialização política. Processo que deve ter início na infância e adolescência e se estender pela vida adulta.

Estudos em nível local, como o que apresentamos, chamam a atenção para a realidade brasileira que vivencia um processo de transição política deparando-se com inúmeros legados negativos de um passado escravocrata e autoritário, ao mesmo tempo em que enfrenta uma situação de crise social e econômica, algo do que as democracias mais antigas estiveram livres.

A consolidação das novas democracias deve ter nas instituições socializadoras, como a escola, um instrumento de mediação e agregação de valores que se reproduzam entre os indivíduos, vindo a assegurar a legitimidade do regime, o que não significa tão somente a sua aprovação. Para tanto, esse nível institucional precisa de vozes representativas que sejam portadoras e disseminadoras de uma cultura política democrática caracterizada pela participação dos indivíduos no processo de tomada de decisões públicas.

Entretanto, o estudo aqui relatado nos leva a concluir que esta condição fundamental ainda não se apresenta. Na verdade, os resultados obtidos demonstram que os professores em questão, por disporem de uma autonomia relativamente elevada num espaço privilegiado para a disseminação de valores como a escola, e por demonstrarem ser possuidores de sentimentos e crenças negativos em relação à eficácia governamental, podem estar contribuindo para a perpetuação da apatia e de desconfiança. Não se trata de afirmar que tais indivíduos são antidemocráticos, mas apenas que são portadores de um

⁴⁰ O'DONNELL, G. "Democracia Delegativa?", op. cit.

conjunto de orientações subjetivas pouco congruentes com uma forma de governo caracterizada pela horizontalidade e participação.

Se os dados e a análise aqui apresentados não nos habilitam a produzir previsões quanto à cultura política das gerações atualmente submetidas à influência desses agentes, eles servem, ao menos, para a caracterização aproximada de um quadro no mínimo preocupante em que o desinteresse político tende a crescer.

Recebido em abril de 2003.

1. Sobre a importância da cultura política para a democracia, ver, por exemplo, Almond e Verba (1963), p. 181.

2. Sobre a importância da cultura política para a democracia, ver, por exemplo, Almond e Verba (1963), p. 181.